



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | Nº. 11 | Ano 2023

**Victor Simões Henrique**  
**Roberto Momade Preto**

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

# A MOBILIDADE DE MOÇAMBICANOS PARA A ÁFRICA DO SUL: DO TRABALHO MINEIRO AO COMÉRCIO INFORMAL NO SUL DE MOÇAMBIQUE E SUAS DINÂMICAS SOCIAIS

THE MOBILITY OF MOZAMBICANS TO SOUTH AFRICA:  
FROM MINING WORK TO INFORMAL TRADE IN SOUTHERN  
MOZAMBIQUE AND ITS SOCIAL DYNAMICS

**RESUMO:** O presente artigo objetiva discutir sobre o modo como a redução da contratação de trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul contribuiu para o surgimento e consolidação do comércio informal transfronteiriço, e descrever as dinâmicas sociais relacionadas com a mobilidade dos moçambicanos para o país citado. Metodologicamente, recorreu-se a revisão bibliográfica específica, assim como entrevistas pautadas nas histórias de vida. Ao que parece, a mobilidade de moçambicanos para África do Sul teve origem no século XIX, compreendendo várias fases, das quais o período para as plantações de cana-de-açúcar, minas de diamantes e ouro, bem como a prática do comércio informal como forma de busca de recursos de sobrevivência para os envolvidos. Apesar da mudança da atividade econômica predominante, a concepção da África do Sul como local de oportunidades continua sendo importante para os habitantes do Sul de Moçambique.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comércio Informal Transfronteiriço; Mobilidade; Transformações Sociais.

**ABSTRACT:** The aim of this article is to discuss how the reduction in the hiring of Mozambican workers in South African mines contributed to the emergence and consolidation of informal cross-border trade, and to describe the social dynamics related to the mobility of Mozambicans to the country in question. Methodologically, a specific bibliographical review was used, as well as interviews based on life stories. It seems that the mobility of Mozambicans to South Africa originated in the 19th century, comprising several phases, including the period for sugar cane plantations, diamond and gold mines, as well as the practice of informal trade as a way of seeking survival resources for those involved. Despite the change in the predominant economic activity, the concept of South Africa as a place of opportunity remains important for the inhabitants of southern Mozambique.

**KEY WORDS:** Cross-border Informal Trade; Mobility; Social Transformations.

## A MOBILIDADE DE MOÇAMBICANOS PARA A ÁFRICA DO SUL: DO TRABALHO MINEIRO AO COMÉRCIO INFORMAL NO SUL DE MOÇAMBIQUE E SUAS DINÂMICAS SOCIAIS

Victor Simões Henrique<sup>1</sup>  
Roberto Momade Preto<sup>2</sup>

### Introdução

Este artigo aborda um dos temas centrais da história econômica e social do sul de Moçambique, desde o início da mobilidade de moçambicanos da região sul do Save para as plantações de cana-de-açúcar nas antigas colônias britânicas do Natal e do Cabo, seguindo-se a fase da sua deslocação para as minas de diamantes em *Kimberley* e de ouro no *Transvaal*. O estudo estende-se até ao período da implementação da economia liberal, mediante a adoção do PRE em 1987, avançando para a aprovação da Constituição Democrática e Multipartidária em 1990, que se enquadram no âmbito das reformas impostas desde a aderência de Moçambique às instituições do *Breton Woods*. A transição da economia, centralmente planificada, para uma economia do mercado abriu grande espaço à intervenção de indivíduos singulares nas atividades econômicas e muito particularmente o comércio informal transfronteiriço, realizado por mulheres em grande número e alguns homens no sul de Moçambique.

Na elaboração do trabalho recorreu-se a pesquisa de campo e à observação direta, mediante a deslocação dos pesquisadores para alguns locais onde é praticada com regularidade o comércio transfronteiriço, com incidência em alguns distritos da província de Inhambane, nomeadamente Homoíne, Maxixe, Morrumbene e Massinga. Paralelamente à observação direta, foram realizadas entrevistas semiestruturadas dirigidas aos intervenientes nesta atividade, visando buscar as suas experiências e histórias de vida, expectativas sobre a atividade, assim como o recurso das memórias que permitiram perceber a contribuição desta atividade como fator catalisador de transformações sociais e econômicas que ocorrem nas suas famílias e no meio rural onde vivem.

No seu desenvolvimento, o artigo começa por fazer uma breve abordagem ao início da mobilidade dos moçambicanos do sul do Save para as plantações, e mais tarde para as minas da África do Sul. Em seguida, aborda a emergência e consolidação do comércio informal decorrente do processo da redução de contratações para as minas a partir de 1976, sendo que a supressão de vistos constituiu um fator impulsionador da mobilidade para a prática do comércio informal.

---

<sup>1</sup> Doutor em História de África Contemporânea, pela Universidade Pedagógica de Maputo, docente na Universidade Save-Sede, [hhvictorsimoes@gmail.com](mailto:hhvictorsimoes@gmail.com)

## A Mobilidade de Moçambicanos para a África do Sul: Do trabalho mineiro ao Desenvolvimento do Comércio Informal no Sul de Moçambique

O processo de migração de moçambicanos para África do Sul remonta aos 1850 e 1860, quando homens oriundos da atual província da região sul de Moçambique, nas atuais províncias de Maputo, Gaza e Inhambane percorriam vários quilômetros a caminho das plantações de cana-de-açúcar da antiga colônia britânica do Natal. Harries (1985) discute as origens do crescimento do número de trabalhadores migrantes a partir do interior da *Delagoa Bay*, e analisa os mercados de trabalho sul-africano no período anterior a conquista colonial. O autor mostra ainda as causas do trabalho migratório, no contexto dos ajustamentos sociais e econômicos aliadas à pressão exercida entre a sociedade Tsonga.<sup>3</sup>

Por seu turno, Covane (1989) analisa o mesmo período e mostra que a migração da mão-de-obra moçambicana para as colônias inglesas do Cabo e Natal era uma prática corrente, o que é corroborado por Harries (1985) que mostra a criação, entre 1853 e 1858, da *Natal Native Affairs Commission*, como uma entidade que devia organizar e gerir o processo migratório nas referidas colônias. Foi assim que no ano de 1888, por solicitação do governo do Natal, que houve a autorização para a saída de emigrantes dos antigos distritos de Inhambane e Lourenço Marques. Posteriormente foram agentes que deviam se encarregar do processo de recrutamento e envio de trabalhadores para a África do Sul, como diz Covane (1989). Com o aumento da migração clandestina de trabalhadores, foi instituído no ano de 1891 o uso de passaporte, que em certa medida veio facilitar o processo de embarques de trabalhadores, principalmente nos portos de Inhambane e de Lourenço Marques, reduzindo a emigração clandestina.

O processo mencionado anteriormente garantiu ao governo colonial português, em Moçambique, a coleta de impostos aos emigrantes e aos agentes recrutadores. Em 1886 foram descobertos os jazigos auríferos em Witwatersrand, o que intensificou a procura de mão-de-obra em Moçambique. Assim, o País passou a ser um dos principais fornecedores de mão-de-obra. Este processo viria aumentar bastante a emigração dos moçambicanos em busca de novas oportunidades de emprego. Conforme destaca First (1977), foi com o estabelecimento da indústria mineira de ouro em *Witwatersrand* que a exportação da mão de obra moçambicana começou a ser organizada numa estrutura gigantesca, sistemática e em grande escala.

---

<sup>2</sup> Mestre em Ensino de História pela Universidade Pedagógica de Maputo. Docente na Universidade Rovuma, Extensão do Niassa. [robertofakirdin68@gmail.com](mailto:robertofakirdin68@gmail.com)

<sup>3</sup> Muita literatura usa este topônimo para se referir a região da Baía de Maputo, antes da consolidação da dominação colonial portuguesa no atual território moçambicano.

Anteriormente, a mão-de-obra moçambicana apenas emigrava para as plantações de açúcar no Natal e para os campos diamantíferos de *Kimberley*, sem qualquer acordo entre o governo português e a parte sul-africana. Com a afirmação do estado colonial português no sul de Moçambique, houve mudanças no sentido de estruturar e organizar o recrutamento de trabalhadores moçambicanos. A pressão sobre o mercado moçambicano, como resposta à procura de mão-de-obra, é analisada por Covane (1989, p. 15), nos seguintes termos:

a) A impossibilidade de recrutar mão-de-obra suficiente nas plantações locais nas reservas do Natal, em virtude de nelas a agricultura ainda ser capaz de satisfazer as necessidades fundamentais e também pelo facto da penetração do capital monetário não ter atingido um nível significativo; b) O facto das formações políticas independentes mais próximas das zonas de grandes exportações económicas como o reino Zulu não necessitar de promover a emigração dos seus homens para garantir o seu sustento e a manutenção e reprodução das classes dominantes.

Pelas evidências trazidas pelo autor acima citado, mostra-se que o recurso à mão-de-obra moçambicana era a única solução para responder a crescente necessidade de mão-de-obra para a emergente indústria mineira sul-africana. A crise política, pela sucessão, no império de Gaza de Sochangane entre Muzila e Mawewe (1859-1864) forçou a emigração que permitia a aquisição de dinheiro para a aquisição de armas de fogo e pagamento do tributo que passou a ser cobrado em libras.<sup>4</sup> Ainda no período em estudo, na região sul do Save se registrou um número significativo de colonos que usurpavam terras férteis dos africanos, afetando significativamente a agricultura tradicional, levando os camponeses a abraçarem o projeto migratório.

Em 1897 foi formalizado o recrutamento da mão-de-obra no sul de Moçambique, entre o governo português e o *Transvaal*, que culminou com a assinatura de acordo de 1901, o qual garantia à WENELA o monopólio no recrutamento de trabalhadores moçambicanos. Isto permaneceu até 1965, quando foram admitidas outras agências de recrutamento, a saber: ATAS<sup>5</sup>, ALGOS<sup>5</sup>, CAMON.<sup>6</sup> Estas novas agências recrutavam a mão-de-obra para as minas não filiadas à Câmara das Minas, principalmente as de platina, carvão e para agricultura, com maior destaque para as plantações de cana-de-açúcar no Natal (COVANE, 2001).

Um outro elemento de diferença entre os dois sistemas de recrutamento das duas entidades, de acordo com First (1977), consistiu no fato de, na WENELA, o mineiro poder por seu direito contratual, rejeitar um máximo de 3 minas. Depois ele não tinha, no entanto, qualquer outra possibilidade de escolha no que respeita a sua colocação e sob os sistemas da ALGOS,

---

<sup>4</sup>A crise de sucessão ao trono real é desenvolvido por autores como Malyn Newitt (1995) e Ana Maria Vilhena, Liesegang (1999).

<sup>5</sup> Esta agência recrutadora era conhecida pelas iniciais do seu proprietário Albano Domingos,

<sup>6</sup> Companhia Angariadora de mão-de-obra Nacional.

CAMON e ATAS, o trabalhador que assinava o seu contrato em Moçambique devia trabalhar para um empregador escolhido ou estipulado nesse momento pelas agências recrutadoras. Com a formalização do início da exportação legal da mão-de-obra, em 1897, foi garantida ao governo português um lucro originado pelo comércio da mão-de-obra, o que espreitou o governo colonial para o alargamento do comércio da mão-de-obra.

Esta preferência, segundo First (1977), era motivada pela necessidade de a indústria mineira sul-africana necessitar ter reservas de mão-de-obra, provenientes dos países vizinhos, praticando em troca baixos salários, pois os negros sul-africanos mostravam-se indispostos e renitentes em trabalhar no subsolo. A década de 1850 conheceu um rápido desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar no Natal, com o conseqüente aumento da procura de mão-de-obra como forma de suprir a lacuna que a população local não conseguia dar resposta. Os proprietários das farmas encontraram o sul de Moçambique como o principal mercado para obter a mão-de-obra que podia solucionar o problema de falta de trabalhadores (NEWIT, 1995).

A conjuntura econômica no interior de Moçambique foi outro elemento que estimulou a emigração, nomeadamente:

- a) Durante o Séc. XX a ascensão do estado de Gaza fez-se acompanhar de um sistema tributário cujos impostos obrigaram muitos homens a emigrarem em busca de recursos para a satisfação dos impostos. Alia-se a isto a exigência das autoridades imperiais em gado e produtos importados.
- b) Não menos importante, foi a forte procura do marfim que fez com que por volta de 1870, as manadas de elefantes abandonassem a baixa da savana, o que veio a destruir uma importante fonte de pagamento de imposto.

Havia entre os trabalhadores de *Kimberley* uma relativa facilidade de aquisição de armas de fogo e muitos chefes locais enviaram muitos jovens em grupos para poderem comprar armas de fogo. Os salários pagos nas minas eram relativamente altos e permitiam aos trabalhadores, sobretudo jovens, comprar bens de consumo que aumentavam a sua posição social ou *status*, permitindo o pagamento do *lobolo* quando este foi monetarizado<sup>7</sup>, em substituição das enxadas que anteriormente eram usadas como moeda de pagamento, principalmente depois da escassez do gado, fruto da instabilidade política verificado no Estado de Gaza. O *lobolo* chegou a custar cerca de 20 libras esterlinas, acrescidos de outras ofertas adicionais tais como: tecidos, missangas

---

<sup>7</sup> Com a intensificação das migrações para a África do Sul, aliado aos salários relativamente altos que eram auferidos, as autoridades gentílicas moçambicanas deixaram de cobrar o *lobolo* em gêneros diversos, passando a ser cobrado em valores monetários, o que de certa forma estimulou a atividade migratória de muitos jovens do sexo masculino para a África do Sul em busca de melhores oportunidades que lhes permitissem ter dinheiro.

e uma arma de fogo oferecida aos pais da noiva. A oferta de arma de fogo foi uma das principais razões para a emigração para *Kimberley*, como se explicou anteriormente. Os emigrantes que iam para *Kimberley* percorriam muitos quilômetros, em circunstâncias muito tenebrosas até chegarem ao destino, ao passo que para o Natal atravessavam os territórios Swazi e Zulu.

Com a independência de Moçambique em 1975, registrou-se a redução das contratações para o setor mineiro sul-africano devido a múltiplos fatores, com destaque para a industrialização do setor mineiro, internalização da mão-de-obra, as relações tensas entre o governo minoritário sul-africano do *Apartheid* e o governo da República Popular de Moçambique, independente desde 1975. Na sua política socialista, Moçambique via a contratação da mão-de-obra como continuação da exploração do homem, principalmente para as economias capitalistas como era o caso da sul-africana.

Muitos moçambicanos recorreram a atividades de rendimento que os permitissem garantir as sobrevivências das suas famílias no meio rural, a exemplo de barbeiros e sapateiros. A maior parte emigrou para as zonas urbanas à procura de empregos, no qual alguns se empregaram como guardas-noturnos, vendedores e assistentes de balcões em lojas de comerciantes asiáticos. Depois de 1975 esses acordos foram revistos, porque nem sempre favoreceram Moçambique e os trabalhadores. Os salários do setor mineiro permaneceram baixos durante longos anos, até 1972, momento em que o preço do ouro subiu, contribuindo para a subida dos salários, e assim fazendo com que este setor se tornasse mais atrativo. Paralelamente a este processo, houve crescente ativismo no setor do trabalho na África do Sul, acompanhado pelo desenvolvimento de sindicatos fortes que também tiveram impacto considerável no aumento dos salários dos negros sul-africanos, que começaram a trabalhar nas minas de ouro. Isto teve um impacto negativo nas economias dos países vizinhos, incluindo Moçambique, o que justificou a adoção de um novo padrão de acumulação baseada no comércio transfronteiriço informal, que é o objeto do estudo do presente artigo.

Assim, a redução da contratação de mão-de-obra para as minas sul-africanas contribuiu para a busca de outras estratégias de sobrevivência nas zonas rurais. A prática do comércio informal foi a que apresentava soluções imediatas de ocupação de mão-de-obra, bem como consequente redução do desemprego no meio rural. A liberalização da economia, iniciada no contexto da assinatura dos acordos de adesão de Moçambique às instituições do *Breton Woods*, em 24 de Setembro de 1984, constituiu uma das recomendações saídas do IV Congresso da Frelimo,<sup>8</sup> em Abril de 1983, na altura que era Partido-Estado controlava todas as esferas da sociedade, especialmente a política, econômica e social.

---

<sup>8</sup>Na área econômica constam as seguintes decisões, tomadas no IV Congresso, realizado em Abril de 1983: a importância do setor privado na economia, sua consequente liberalização nos preços, comércio a retalho,

A introdução do PRE, em Maio de 1987<sup>9</sup>, foi outro fator muito decisivo para o avanço da economia informal no meio rural em Moçambique, pois permitiu a abertura para a economia do mercado. Com isto, foi abandonada a economia centralmente planificada no pós proclamação da Independência Nacional em 1975, o que é corroborado por Abreu (2008) ao afirmar que o setor informal surge e cresce como negação à repressão econômica. Esta teve lugar em muitos países onde predominou o controle estatal sobre os preços, as taxas de juro e câmbios que têm limitado a iniciativa privada e o pleno funcionamento dos mercados. Mais adiante o mesmo autor mostra que em Moçambique o setor informal emerge e prospera como contrapeso ao processo de liberalização e abertura dessas economias ao exterior e ao investimento estrangeiro. Com isso, dispôs de meios para combater o desemprego, funcionando a margem dos sistema tributário e dos registros das estatísticas oficiais. É por esta razão que Abreu (2008) enaltece o setor informal como algo que representa um salto qualitativo para a economia de subsistência.

Os impactos do PRE se fizeram sentir nos níveis econômico e social, com destaque para a desvalorização da Moeda Nacional e corte do orçamento em desfavor dos setores sociais, a exemplo da educação e saúde. A privatização das empresas estatais lançou milhares de trabalhadores ao desemprego. Como corolário do crescimento do número de desempregados, a pobreza aumentou. Nesta fase, se assiste a uma desagregação de agregados familiares, com frequentes saídas de homens para irem trabalhar nas minas da RSA. Os que tivessem familiares a trabalhar na RSA, possuíam uma situação relativamente vantajada, o que explicou um número cada vez crescente de emigração clandestina em busca de emprego e melhor vida, afim de fazer face à situação de pobreza rural. É neste mesmo contexto que as atividades do setor informal começaram a robustecer, embora numa primeira fase elas estivessem circunscritas às cidades, mas posteriormente afetaram gravemente o meio rural. O número de mulheres que se envolviam no comércio informal para Maputo e para RSA aumentou, conforme aponta Dodson (2008).

### **Supressão de Vistos**

Outras características marcantes neste período são os acordos de supressão de vistos, assinado entre Moçambique e África do Sul, em Abril de 2005, e que tiveram como resultado o

---

transportes, agricultura e descentralização da planificação, passando a mesma para condição de estar baseada no distrito. O IV Congresso da FRELIMO representou um marco critico no desenvolvimento pós-independência de Moçambique, isto porque o referido evento avaliou a experiência da estratégia socialista seguida desde 1977, ano em que o III Congresso estabeleceu a tarefa de desenvolver uma sociedade socialista,

<sup>9</sup>O Programa de Reabilitação Econômica, iniciado em 1987 pelo governo moçambicano, depois das negociações com o Fundo Monetário internacional e o Banco Mundial, estabeleceu um sistema econômico de reajustamento a implementar durante o período 1987-1989. Contudo, a partir de 1981 a guerra e a seca afetaram negativamente a produção e os meios de subsistência da população, levando a generalização das privações e da fome a par dos custos

aumento considerável das migrações de moçambicanos, que passaram a ter relativas facilidades de emigração, principalmente para o desenvolvimento da atividade comercial. Com a supressão de vistos, as relações entre os dois países passaram a ser dominadas por grandes fluxos migratórios de moçambicanos para a África do Sul, pois muitos emigrantes moçambicanos que possuíam passaportes deixavam de esperar a autorização da embaixada para viajarem ao território Sul-Africano.

O autor acima citado mostra que a atividade do comércio informal foi bastante influenciada pela supressão de vistos, uma vez que criou flexibilidade na realização das suas viagens, sem terem que esperar pela emissão dos vistos de entrada, tal como vinha acontecendo. Isto também significou um aumento dos praticantes da atividade comercial informal, devido a relativa facilidade encontrada por muitos comerciantes. Esta situação promoveu grande concorrência, reduzindo grandemente as margens de lucros que vinham se registrando, antes da supressão de vistos.

Ainda no período em análise, encontramos um aspecto social muito marcante que é a infecção e propagação do *vírus* do HIV/SIDA, que afetou sobretudo os trabalhadores mineiros e outras categorias de emigrantes. Desde então, estes aparecem entre os mais infectados, de acordo com várias estatísticas apresentadas pelas instituições que lidam com este fenômeno. Sobre a propagação do HIV/SIDA, Rabe (2006) destaca o problema enfrentado pelas minas de ouro, no seio das massas de trabalhadores migrantes que mais sofrem com a propagação de HIV/SIDA:

Se você quisesse espalhar uma doença sexualmente transmissível, levaria milhares de rapazes para longe das suas famílias, os isolaria em alojamentos do mesmo sexo e lhes daria acesso fácil ao álcool e ao sexo comercial. Então para espalhar a doença em todo o País, você os mandava para casa de vez em quando para as suas esposas e suas namoradas (RABE, 2006, p. 195).

A citação em epígrafe mostra as condições em que o HIV/Sida se propaga facilmente entre os emigrantes mineiros, no qual se ressalta o fator do isolamento e a prática do sexo comercial afetando famílias por longos períodos. Nas minas frequentemente se promove um comportamento sexual de alto risco. Os padrões de gravidez e de infecção por HIV/SIDA demonstram que tanto os maridos, quanto as esposas tendem a ser sexualmente ativos durante os períodos de separação como resultado da migração. A ligação entre a migração e a propagação do HIV/SIDA tornou-se uma questão preocupante entre a Câmara das Minas e o NUM. durante as décadas de 1980 e 1990.

---

imensos em termos de sofrimento humano e perdas materiais, resultantes da brutalidade enorme como o MNR conduziu a guerra (WUYTS, 1983).

O movimento de moçambicanos para África do Sul é muito antigo, conforme já vimos, e muitos autores, tais como Harries (1994), Rabe (2006) e Crush (1996) convergem ao afirmar que a década de 1850 marcou o início do processo migratório de moçambicanos para a África do Sul, em busca de condições laborais em diferentes setores econômicos. Os primeiros migrantes iam para as colônias de Natal para trabalharem no setor agrícola (plantações de cana-de-açúcar), e mais tarde, com as descobertas dos diamantes em Kimberley (cerca de 1866) e ouro em Witwatersrand (cerca de 1884) e em Barbaton (1873), nova situação se criou. Muito recentemente, em 1940, a atividade mineira também surgiu no Estado Livre de Orange, onde os fluxos migratórios de trabalhadores moçambicanos passaram a estar orientados para o *Transvaal*.

### **Algumas Transformações Sociais**

O novo contexto migratório tem como destino o setor comercial dominado pelas mulheres, em oposição ao cenário anterior em que a migração masculina tinha como destino o setor mineiro, praticamente dominado pelos homens. Procurando trazer mais argumentos em relação ao exposto no parágrafo anterior, Dobson (1998, p. 6) argumenta que a migração masculina está ligada a busca de emprego nas minas, ao passo que as mulheres emigram mais para a compra de mercadorias para posterior revenda. Por isso, os homens geralmente têm múltiplos destinos para buscar oportunidades de emprego, ao passo que as mulheres sempre vão para cidades já identificadas.

O trabalho realizado no campo mostrou que muitos estudos abordam a migração feminina de forma superficial, ou seja, como uma categoria residual. A mulher é vista como sendo dependente de familiares residentes na RAS, principalmente os maridos, ou ainda como fazendo parte da bagagem dos trabalhadores mineiros que vão à África do Sul. Atualmente, contudo, em função dos dados colhidos no local de estudo, a prática do comércio informal transfronteiriço mostra que as mulheres estão cada vez mais independentes e elas são verdadeiras atrizes, muito empenhadas e mais importantes do que aquilo que se pensava sobre elas, principalmente depois de 1994 e no período pós-apartheid, onde a entrada na África do Sul deixou de ser problema.

Buscando mais evidências sobre as transformações sociais criadas pela prática do comércio informal, Koroma et al. (2017) mostra que o comércio informal transfronteiriço sempre foi importante para a provisão de recursos nos locais necessários para sustento das famílias, uma vez que garantia o acesso aos serviços básicos, a exemplo de escolas, alimentação, saúde, bens de prestígio, etc. Cohen (1997) apud Hiralal (2017), destaca que as migrações femininas foram sempre um processo escondido da história do Homem. Ele reconhece que as mulheres são agentes importantes, geradoras de transformações sociais e econômicas a nível local, provincial e

nacional, fato que foi comprovado nas entrevistas realizadas ao longo do presente estudo, que mostra o comércio transfronteiriço envolvendo mulheres, e assim gerando a feminização da emigração.

As entrevistas igualmente mostraram que a prática do comércio informal contribuiu para o desenvolvimento e empoderamento social das mulheres, passando de simples agentes sociais passivas para socialmente ativas. Desta forma, contribuindo para a refutação da estrutura patriarcal mediante a quebra das antigas estruturas sociais de controle do patriarcado, que limitavam a mobilidade feminina, considerando as mulheres como estando reservadas ao papel de mães, esposas e filhas. Por seu turno, Rugube e Matshe (2001) argumentam que o comércio informal transfronteiriço tornou-se um setor lucrativo para indivíduos que não conseguiram empregos formais, oferecendo melhores oportunidades econômicas. Muitos dos envolvidos, sobretudo as mulheres, tornam-se novas líderes econômicas e sociais, conseguindo sustentar as suas famílias, como foi constatado nos locais de estudo, durante a realização do trabalho de campo.

Um outro aspecto que foi possível constatar, no âmbito da construção dos laços de solidariedade entre as comerciantes transfronteiriças, é a realização de créditos rotativos (*xitique*) entre as envolvidas, e que consiste numa forma de poupança com base numa periodicidade e valores previamente acordados. A estratégia de realização do *xitique*, entre as comerciantes informais, permite o seu empoderamento, sendo também uma das formas de financiamento para muitas envolvidas na atividade do comércio informal transfronteiriço. Durante a realização do trabalho de campo foi possível constatar algumas transformações no tratamento das pessoas. Quando o padrão de ouro (em que o movimento transfronteiriço era orientado para a procura de emprego nas minas de ouro) era forte, os emigrantes locais eram localmente conhecidos como *magaizas*. Eles, ao voltarem, podiam trazer objetos de valor como colares, anéis, brincos e pulseiras de ouro. Estes objetos, depois, podiam ser vendidos ou usados no lobolo. Mas, no contexto atual, onde o padrão de troca é a moeda rand e metical, as pessoas envolvidas no comércio informal têm a designação *mukherista*, em alusão a prática do *mukhero*, que é uma atividade de compra de produtos na África do Sul para posterior comercialização em Moçambique.

Neste estudo foi possível constatar a mudança conceitual existente entre os antigos e os novos elementos que se deslocam a África do Sul em busca de oportunidades de sobrevivência. Todos os indivíduos que emigravam para as minas da África do Sul eram denominados *magaizas*, pelo fato trazerem grandes bagagens em embrulhos de igual tamanho, e que se destinavam sobretudo ao consumo familiar. Os novos emigrantes, designados *mukheristas*, vão a África do Sul e efetuam compras de diversos produtos para fins da prática de comércio informal.

Algumas diferenças básicas entre os *magaizas* e os *mukheristas* consistem no tempo de permanência na África do Sul. Os primeiros permaneciam por muito tempo em território sul-africano, que podia variar entre os 12 a 18 meses de cumprimento dos seus contratos nas empresas mineiras. Mas, as mulheres *mukheristas* têm um tempo de permanência limitado e curto, dificilmente elas ultrapassam uma semana, isto muitas vezes é justificado pela necessidade de entregar as encomendas aos clientes e evitar muitos custos.

Outra característica que marca diferença entre as duas categorias é o fato da atividade de rendimento que cada grupo pratica na África do Sul. Os *mukheristas* se dedicam a realização do comércio informal, e os *magaizas* se dedicam ao trabalho nas minas da África do Sul. Um outro aspecto importante a ser destacado entre as categorias em estudo são as relações de gênero, em que os *magaizas*, são geralmente homens que se dedicavam ao trabalho das minas ou nas plantações da África do Sul, ao passo que o *mukhero* é praticado por mulheres que se dedicam a compra de diversos produtos para posterior comercialização nos seus locais de origem.

## Conclusão

Ao longo do desenvolvimento do presente artigo, foram descritas as principais atividades econômicas que caracterizam a mobilidade de moçambicanos, sobretudo do sul do Save para a África do Sul, onde se destacam dois principais períodos, nomeadamente, a ida para o trabalho na plantações de cana-de-açúcar nas colônias britânicas do Natal e do Cabo, e mais tarde para as minas de diamantes e ouro em *Kimberley* e *Transvaal*. Numa segunda fase, a mobilidade é justificada pela prática do comércio informal transfronteiriço, principalmente depois do início das reduções das contratações iniciadas em 1976. Com a redução das contratações para o setor das minas, os moçambicanos, principalmente para os que já tinham sido mineiros, buscaram novas alternativas econômicas praticando o comércio informal, que inicialmente era tido como uma atividade proibida e designada *Candongá*. Mais tarde, veio a ser liberalizada no contexto das reformas políticas e econômicas introduzidas em Moçambique durante os finais da década de 1980 e princípios de 1990.

Com a introdução das reformas políticas e econômicas em Moçambique, a economia do sul deste país, outrora dominado pelas contratações de trabalhadores para as minas da África do Sul, passou a ser gerida pelo comércio informal, numa fase inicial realizada entre as vilas e cidades moçambicanas, e que posteriormente passou a fase transfronteiriça, cuja consolidação foi depois da assinatura dos acordos de supressão de vistos de entrada entre os dois países em 2005. A principal conclusão a que se chegou durante a elaboração deste artigo, é de que a mobilidade dos moçambicanos para a África do Sul é um fenômeno antigo e esteve, em sua maior parte,

orientado para a busca de melhores condições de vida por parte dos moçambicanos ao longo do tempo, sendo que numa primeira fase foram para o setor das plantações e minas, e atualmente se dirigem ao setor do comércio informal. Pelo exposto no parágrafo anterior, é possível constatar que tanto na primeira fase, quanto na segunda, a concepção da África do Sul como terra de oportunidades é um aspecto determinante, o que contribuiu para a continuidade das relações de dependência de Moçambique em relação a África do Sul.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

COVANE, Luís António. **O trabalho Migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique (1990-1992)**. Promedia: Maputo, 2001.

CRUSH, Jonathan. **Migration in Southern Africa**. UCT and Quens University: September, 1996.

DE ABREU, Alexandre José Germano **International Migration and Sending Country Development: impact And Policies**. ISEG: Lisboa, 2006.

DOBSON, Belinda. **Women on the Move: Gender and Cross Border Migration to South Africa**, Nr 9, SAMP. 1998.

FIRST, Ruth. **O Mineiro Moçambicano, um estudo sobre a exportação da mão-de-obra de Inhambane**. CEA/ UEM: Maputo, 1997.

HARRIES, Patrick. **Work, Culture and Identity Migrant Laborers in Mozambique and South Africa 1860-1910**. Witwatersrand University Press: Pretória, 1995.

HENRIQUE, Victor Simões. A migração laboral no período colonial na África Austral: As dinâmicas sociais e econômicas dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul. **Revista Síntese**, vol. IX, n. 19, Maputo. 2021.

JAIROCE, Jorge Fernando. **A mulher e o comércio informal transfronteiriço, vulgo Mukhero no sul de Moçambique. Casos das fronteiras de Namahacha e de Ressano Garcia 1984-2016**. UFRGS: Porto Alegre. 2016.

NDLELA, Daniel. **Informal Cross Border Trade: the case of Zimbabwe**. Institute of Global Dialogue: Johannesburg, 2006.

NSHIMBI, Christopher Changwe; MOYO, Inocent. **Migration, Cross- Border Trade and Development in Africa Exploring the Role of Non-State Actors in the SADC Region**, Palgrave Mcmilan: Pretoria. 2017.

PEBERDY, Sally. **Monitoring Small Scale Cross Border Trade in Southern Africa. Report for Regional Trade Facilitation Programme**. SAMP: Cape Town. 2007.

PEBERDY, Sally. **Border Crossings; Small Entrepreneurs and Informal Sector Cross Border Trade Between South Africa and Mozambique**. Tijdschrijf voor Economische en Sociale Geographie: 2000.

RABE, Maria Elisabeth. **Black Mineworkers' Conceptualisations of Fatherhood: a sociological exploration in the south african gold mining industry.** University of South Africa: Joanesburg, 2006.

RAIMUNDO, Inês; CHIKANDA, Abel. **Informal Entrepreneurship and Cross-Border Trade between Mozambique and South Africa**, vol 3 Nr 2, AHMR: 2017.

SCHNEIDER, F. and ENSTE, D.H. **Shadow Economies: Size, Causes, and Consequences**, Journal of Economic Literature: 2011.

WUYTS, Marc. Camponeses e Economia Rural em Moçambique. In: **Revista Agrária de São Paulo**, vol 13, n. 6, São Paulo: 1983.

Recebido em: 18/04/2023

Aprovado em: 27/07/2023